



PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

## 029. PROVA OBJETIVA

### ANALISTA DE GESTÃO PLENO – PLANEJAMENTO ESTRUTURAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos na capa deste caderno.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorrida a metade do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto, para responder às questões de números **01** a **05**.

Na era da internet, com seus “rsrsrs” e as “longas” mensagens de 140 caracteres do Twitter, que lugar haveria para a retórica, a invenção dos gregos clássicos para permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista falando bem? Na semana passada, o julgamento do mensalão no STF pôs em evidência os advogados dos réus. Eles foram lá exercitar sua retórica, uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal. Os defensores, com raras exceções, saíram-se muito mal no quesito da retórica – que não é blá-blá-blá.

Quando assumiu o posto de presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, Earl Warren perguntou a um colega mais antigo em quem confiava plenamente o que ele deveria ler para conseguir escrever suas sentenças no alto nível que as circunstâncias exigiam. O colega de Warren, Hugo Black, respondeu: “Basta ler Retórica, de Aristóteles”.

Sábio conselho. Com a democracia, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral baseado na lógica e na honestidade de pensamento a que chamaram de retórica. Os cidadãos eram frequentemente obrigados a defender em público não apenas ideias, mas sua propriedade e até a própria liberdade. Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é sofisma. O que separa um cidadão grego dotado da retórica de um mero sofista? A retórica vencedora não depende do dom da oratória, mas do valor moral do orador.

(Otávio Cabral e Carolina Melo. A retórica não é blá-blá-blá. *Veja*, 15.08.2012)

- 01.** A palavra que melhor traduz a ideia acerca da qualidade do orador, no contexto, é
- (A) tenacidade.
  - (B) verbosidade.
  - (C) probidade.
  - (D) entusiasmo.
  - (E) proselitismo.
- 02.** Na frase final do primeiro parágrafo está implícito que, em sua maioria, os defensores dos réus do mensalão
- (A) praticaram a retórica somente como oratória vazia.
  - (B) restringiram sua defesa a peças escritas.
  - (C) foram convincentes em suas manifestações escrita e oral.
  - (D) renunciaram ao recurso da sustentação oral.
  - (E) falaram livremente, como deve ocorrer nas democracias.

- 03.** Assinale a alternativa contendo as palavras cujos sentidos se opõem, correta e respectivamente, aos sentidos das expressões destacadas nas frases:

Com a **democracia**, os gregos criaram esse mecanismo de sustentação oral.

Aristóteles ensinou que persuadir uma audiência nada tem a ver com eloquência. Isso é **sofisma**.

- (A) o fisiologismo; falácia.
- (B) a meritocracia; eficácia.
- (C) o elitismo; má-fé.
- (D) o autoritarismo; boa-fé.
- (E) a soberania; imprevidência.

- 04.** Considere as seguintes afirmações:

- I. As aspas em “longas” (1.º parágrafo) indicam que a palavra está sendo empregada em sentido irônico.
- II. As aspas em “rsrsrs” (1.º parágrafo) indicam que se trata de palavra estrangeira, razão pela qual é incorreto empregá-la.
- III. As aspas em “Basta ler Retórica, de Aristóteles” (2.º parágrafo) indicam que se trata de uma citação.

Deve-se concluir que está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

- 05.** Observe os trechos destacados em seus respectivos contextos:

- I. ... permitir que nas democracias o bom cidadão pudesse defender seus pontos de vista **falando bem**?
- II. Eles foram lá exercitar sua retórica, **uma vez que as peças de defesa já haviam sido escritas e enviadas aos ministros do tribunal**.
- III. ...o que ele deveria ler **para conseguir escrever suas sentenças no alto nível** que as circunstâncias exigiam.

Esses trechos expressam, correta e respectivamente, as circunstâncias de

- (A) meio, restrição e finalidade.
- (B) modo, restrição e condição.
- (C) meio, causa e condição.
- (D) restrição, condição e finalidade.
- (E) modo, causa e finalidade.

06. Assinale a alternativa que apresenta conjugação de verbos e concordância nominal e verbal de acordo com o padrão culto da língua.
- (A) É inegável que aqueles que se disporem a basear suas defesas em puro blá-blá-blá, não expondo dado consistente, não será bem sucedido.
  - (B) Mesmo que os defensores se dispusessem a praticar uma defesa adequada, com argumentos que se mostrassem irrefutáveis, haveria quem lhes criticasse a estratégia.
  - (C) Haverão sempre os descontentes com as decisões emanadas do iminente julgador, caso as decisões dele se contraporem às expectativas dos réus.
  - (D) Os réus devem ter em seu defensor uma pessoa de sua confiança, que eles reputassem competentes, mesmo quando não se tratam de advogados famosos.
  - (E) Pela lei do Brasil, é proibido a prática da advocacia por estrangeiros; deseja-se que restrinjam sua atuação a seu país de origem, onde goza de plenos poderes.

Leia o texto, para responder às questões de números 07 a 10.

No terceiro dia de julgamento, seguiram-se novos depoimentos e finalmente fizeram-se as acareações. E o que facilitou grandemente a tarefa da acusação foi que, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, os réus se puseram a acusar uns aos outros. Fez-se publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central que Zabala não tivera tempo de destruir. Por meio desses documentos, ficou provado que mais de duzentas pessoas, entre as quais algumas dúzias de estudantes, haviam morrido de doenças e maus tratos nas diversas prisões de Cerro Hermoso e arredores, e seus corpos enterados numa vala comum, sem que seus parentes tivessem sido sequer notificados da “ocorrência”. Quando o promotor público terminou a acusação, o Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado profissional que o Comitê Central Revolucionário designara para defender os réus. O homem ergueu-se e declarou que, diante de todas aquelas provas, ele não só recusava fazer a defesa de seus constituintes como também não pedia sequer para eles a clemência dos jurados. E sentou-se. Sua “defesa” – que provocou aplausos – durou menos de um minuto.

(Érico Veríssimo, *O Senhor Embaixador*)

07. É correto afirmar que o texto dedica-se predominantemente a
- (A) descrever ações e relatar fatos objetivamente, tendo em vista que apresenta ocorrências havidas durante um julgamento, sem expressão de pontos de vista do enunciador.
  - (B) relatar fatos e descrever personagens subjetivamente, tendo em vista que apresenta ações de personagens que, segundo o ponto de vista do enunciador, mudaram o rumo da revolução.
  - (C) descrever personagens sem se ater a fatos, tendo em vista que apresenta características físicas e psicológicas daqueles, a partir da perspectiva particular do enunciador.
  - (D) expor teses que o enunciador discute a partir de um ponto de vista contrário às personagens identificadas como réus do processo apresentado.
  - (E) relatar fatos e discutir teses, tendo em vista que o enunciador tanto relata acontecimentos quanto expressa seu ponto de vista em apoio a estes.

08. Assinale a alternativa em que as duas formas verbais expressam tempo equivalente.

- (A) Puseram; tivessem sido notificados.
- (B) Fez-se; recusava.
- (C) Tivera; haviam morrido.
- (D) Melhorarem; tivera tempo.
- (E) Designara; declarou.

09. A alternativa em que a nova versão da frase do texto apresenta emprego e colocação de pronome de acordo com a norma-padrão é:

- (A) No terceiro dia de julgamento, se seguiram novos depoimentos, os quais depois deles finalmente fizeram-se as acareações.
- (B) E facilitou grandemente a tarefa da acusação o fato onde os réus, na esperança de melhorarem sua posição pessoal, se puseram a acusar uns aos outros.
- (C) Se fez publicamente o exame dos prontuários tirados da parte dos arquivos da Polícia Central, os quais Zabala não tivera tempo de destruí-los.
- (D) Eram documentos importantes, cujos provaram que torturaram-se mais de duzentas pessoas, entre eles algumas dúzias de estudantes.
- (E) O Presidente do Tribunal deu a palavra ao advogado, profissional cuja designação para defender os réus deveu-se ao Comitê Central Revolucionário.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente.

- (A) Foi dada a palavra à defesa, que se recusou à falar em favor de seus representados.
- (B) Provou-se que àqueles estudantes foram impostos severos maus tratos, até levá-los à morte.
- (C) À bem da verdade, a defesa não estava plenamente à par das acusações contra os réus.
- (D) À princípio, os acusados submetidos à acareação passaram a incriminar-se uns aos outros.
- (E) À partir daquele momento, as pessoas que assistiam àquele julgamento aplaudiram à atitude do defensor.

11. Alzira, Beatriz, César e Dinah têm 14, 15, 17 e 19 anos de idade, não necessariamente nessa ordem. Sabe-se que César é mais velho que Alzira. A diferença entre as idades de Dinah e Beatriz, não necessariamente nessa ordem, é de 1 ano. Nas condições dadas, a idade de Alzira, em anos, é

- (A) 14.
- (B) 15.
- (C) 16.
- (D) 17.
- (E) 19.

12. Os radares A, B e C detectam excesso de velocidade nos seguintes tipos de veículos:

- A – detecta apenas veículos de quatro rodas;
- B – detecta veículos de pelo menos três rodas;
- C – detecta qualquer veículo.

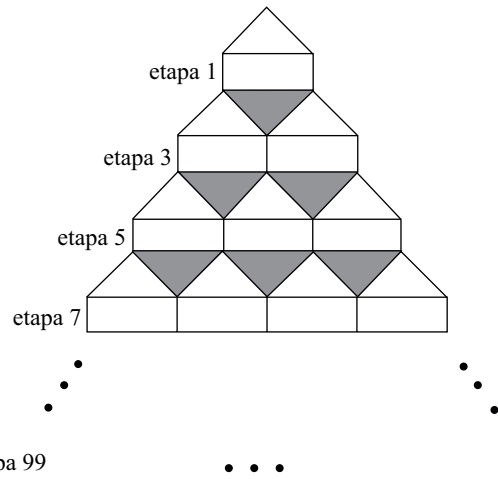
Em relação a um veículo que tenha passado pelos três radares em excesso de velocidade, mas que tenha sido multado por apenas dois deles, é correto afirmar que, necessariamente, ele tem

- (A) menos do que três rodas.
- (B) três ou mais do que quatro rodas.
- (C) até três rodas.
- (D) quatro rodas.
- (E) mais do que quatro rodas.

13. Em um mês, temos 5 quintas-feiras, 5 sextas-feiras e 5 sábados. O dia em que caiu a terceira quarta-feira desse mês indicado foi

- (A) 18.
- (B) 19.
- (C) 20.
- (D) 21.
- (E) 24.

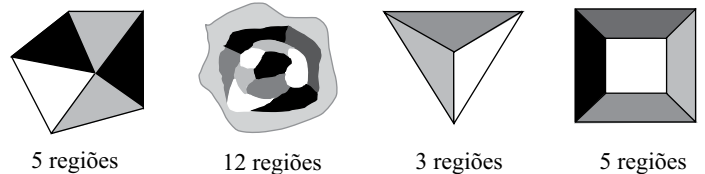
14. Observe a figura.



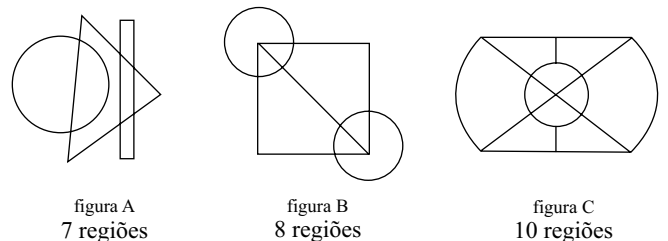
Mantendo-se o mesmo padrão, ao completar a etapa 99 da figura, o total de triângulos sombreados será igual à soma  $1+2+3+4+5+\dots+n$ , com n igual a

- (A) 44.
- (B) 45.
- (C) 49.
- (D) 50.
- (E) 99.

15. Diremos que uma figura está “bem colorida” se não existem regiões vizinhas coloridas com uma mesma cor. Regiões que só se tocam por um ponto não são consideradas vizinhas. Veja quatro exemplos de figuras consideradas “bem coloridas”.

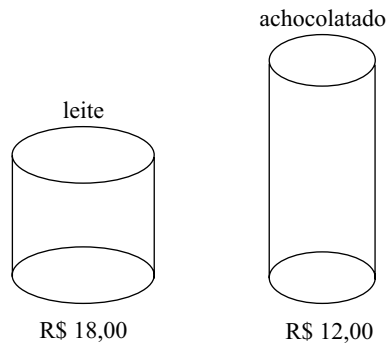


O número mínimo de cores que deve ser usado em cada uma das figuras A, B e C a seguir para que elas fiquem “bem coloridas” é, respectivamente, igual a



- (A) 2, 3, 4.
- (B) 2, 3, 3.
- (C) 2, 4, 3.
- (D) 3, 3, 3.
- (E) 3, 3, 4.

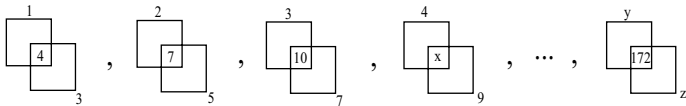
16. Aurélio foi ao mercado com R\$ 96,00 tendo o objetivo de gastar todo o dinheiro na compra de latas de leite e latas de achocolatado, cujos preços, por unidade, estão indicados na figura.



Além da meta de gastar todo o dinheiro, Aurélio também deseja que o total de latas de um dos produtos não supere o total de latas do outro em 8 ou mais unidades. Cumpridas as duas metas de Aurélio, o total de maneiras diferentes que ele poderá realizar sua compra é igual a

- (A) 1.  
(B) 2.  
(C) 3.  
(D) 4.  
(E) 5.

17. Observe a sequência, que mantém sempre o mesmo padrão.



Na sequência,  $x$ ,  $y$  e  $z$  representam números, sendo que  $x+y+z$  é igual a

- (A) 158.  
(B) 163.  
(C) 165.  
(D) 176.  
(E) 185.

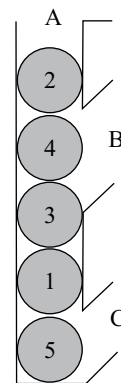
18. Uma floresta tem  $x$  árvores, e cada árvore dessa floresta tem de 300 até 600 folhas. O menor valor de  $x$  para que necessariamente haja nessa floresta pelo menos duas árvores com o mesmo número de folhas é

- (A) 299.  
(B) 300.  
(C) 301.  
(D) 302.  
(E) 303.

19. Álvaro e Bianca têm 5 filhas. Cada uma das filhas tem um irmão, e cada uma das 5 irmãs tem quatro sobrinhos. Contando Álvaro, Bianca e todos os seus filhos e netos, o número mínimo de integrantes dessa família é igual a

- (A) 12.  
(B) 14.  
(C) 16.  
(D) 19.  
(E) 23.

20. A figura a seguir mostra um recipiente aberto em A, B e C com cinco esferas numeradas.



Uma “operação” consiste em retirar apenas uma esfera por vez por B ou C (sem soerguimento de conjuntos de esferas) e imediatamente colocá-la de volta por A. O número mínimo de “operações” necessárias para obter a ordem das esferas em 1, 2, 3, 4, 5, de baixo para cima, é

- (A) 4.  
(B) 7.  
(C) 8.  
(D) 10.  
(E) 12.

21. Analise as afirmações relacionadas à personalização do Menu Iniciar no sistema operacional Windows XP.

- I. A personalização é efetuada acessando-se, no Painel de Controle no Modo de Exibição Clássico, o ícone *Barra de Tarefas e Menu Iniciar*.
- II. O número de programas que podem ser exibidos pode ser escolhido pelo usuário.
- III. O tamanho dos ícones pode ser alterado.

Sobre as afirmações, está correto o contido em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

22. O Visualizador da Área de Armazenamento do Windows XP permite que o usuário do computador

- (A) abra arquivos de formatos típicos para a visualização de seus conteúdos.
- (B) veja as informações copiadas na Área de Transferência.
- (C) veja as pastas presentes nas unidades de armazenamento.
- (D) verifique a ocupação dos seus discos e demais dispositivos de armazenamento.
- (E) visualize todos os arquivos armazenados nas unidades de armazenamento.

23. No Windows XP, em sua configuração padrão, deseja-se adicionar um atalho à Área de Trabalho para um arquivo que se encontra em uma determinada pasta. Uma das maneiras que pode ser utilizada para essa ação é:

- (A) Clicar com o botão direito do *mouse* no arquivo, em seguida clicar em *Enviar para* e, posteriormente, em *Área de Trabalho*.
- (B) Clicar com o botão direito do *mouse* no arquivo, em seguida clicar em *Criar Atalho* e, posteriormente, em *Área de Trabalho*.
- (C) Clicar com o botão direito do *mouse* no arquivo e, em seguida, clicar em *Área de Trabalho* e, posteriormente, em *Definir Atalho*.
- (D) No Painel de Controle, selecionar o ícone *Área de Trabalho*, selecionar o arquivo desejado e, em seguida, clicar na opção *Atalho*.
- (E) No Painel de Controle, selecionar o ícone *Atalhos*, selecionar o arquivo desejado e, em seguida, clicar na opção *Área de Trabalho*.

24. No MS-Word 2007, um usuário clicou sobre o seguinte ícone, presente na guia Inserir, grupo Texto.



Por meio dessa ação, é possível

- (A) alterar a borda de uma caixa de texto selecionada.
- (B) inserir uma caixa de texto pré-formatada.
- (C) passar a primeira letra do texto selecionado para caixa alta.
- (D) remover a moldura de todas as páginas do texto.
- (E) remover uma caixa de texto.

25. Durante a edição de um documento no MS-Word 2007, aplicou-se, sobre um parágrafo selecionado, composto por algumas linhas e com alinhamento Justificado, a seguinte formatação de parágrafos, utilizando-se para isso a caixa de diálogo *Parágrafo*, aba *Recuos e espaçamento*.

**Recuo**

Esquerda: 0 cm

Direita: 0 cm

Especial: *Deslocamento* / Por: 1,25 cm

Com essa formatação, o que ocorre com o parágrafo é:

- (A) Todas as linhas ficarão com deslocamento de 1,25 cm em relação à margem esquerda.
- (B) Todas as linhas ficarão com deslocamento de 1,25 cm em relação à margem direita.
- (C) Somente a primeira linha ficará com deslocamento de 1,25 cm em relação à margem esquerda.
- (D) Com exceção da primeira linha, as demais ficarão com deslocamento de 1,25 cm em relação à margem direita.
- (E) Com exceção da primeira linha, as demais ficarão com deslocamento de 1,25 cm em relação à margem esquerda.

A planilha a seguir, elaborada no MS-Excel 2007, deve ser utilizada para responder às questões de números 26 e 27.

	A	B	C	D
1	0	456	24	12
2	34	42	78	78
3	44	88	24	99
4				

26. Na planilha apresentada, foram inseridas as seguintes fórmulas nas células A4 e B4:

Célula	Fórmula
A4	=E((MÁXIMO(A1:B3)=B1);(MÍNIMO(A1:B3)>0))
B4	=OU((MÁXIMO(A1:B3)=B1);(MÍNIMO(A1:B3)<0))

Os resultados que aparecerão em A4 e B4 serão, respectivamente,

- (A) 456 e 0.  
 (B) FALSO e FALSO.  
 (C) FALSO e VERDADEIRO.  
 (D) VERDADEIRO e FALSO.  
 (E) VERDADEIRO e VERDADEIRO.
27. Um usuário selecionou, na planilha apresentada, as células D2 e D3. Na sequência, arrastou o pequeno quadrado presente no canto inferior direito dessa seleção até a célula D7. Pode-se afirmar que os valores que ficarão presentes nas células D4, D5, D6 e D7 serão, respectivamente,
- (A) 78, 78, 78 e 78.  
 (B) 99, 99, 99 e 99.  
 (C) 100, 101, 102 e 103.  
 (D) 120, 141, 162 e 183.  
 (E) 198, 297, 396 e 495.

28. Considere o seguinte texto, digitado em um *slide* do MS-PowerPoint 2007:

Exemplo

Selecionando-se uma das opções do botão representado a seguir, disponibilizadas imediatamente por meio do clique no símbolo,



presente na guia Início do MS-PowerPoint 2007, obtém-se como resultado

- (A) Exemplo  
 (B) *Exemplo*  
 (C) E x e m p l o  
 (D) EXEMPLO  
 (E) exemplo
29. No uso de correio eletrônico, as contas são protegidas por senhas, sobre as quais é correto afirmar que
- (A) devem ser alteradas periodicamente.  
 (B) devem ser formadas apenas por letras.  
 (C) somente podem ser determinadas pelo administrador do servidor.  
 (D) não podem conter letras maiúsculas.  
 (E) uma vez estabelecidas, não podem mais ser alteradas.
30. Analise as afirmações relacionadas com URLs (*Uniform Resource Locators*) utilizados na internet.
- I. A estrutura de um URL é: protocolo://máquina/caminho/recurso.  
 II. URLs que se iniciam por ftp:// foram substituídas pelas http://, não sendo mais utilizadas atualmente.  
 III. URLs que se iniciam por https:// permitem que se verifique a autenticidade do servidor e do cliente por meio de certificados digitais.
- Sobre as afirmações, está correto o contido em
- (A) I, apenas.  
 (B) II, apenas.  
 (C) I e II, apenas.  
 (D) I e III, apenas.  
 (E) I, II e III.



## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A Prefeitura do Município de São Paulo sancionou a Lei n.º 13.241/01, que dispõe sobre a organização dos serviços do sistema de transporte coletivo urbano de passageiros na cidade de São Paulo e, posteriormente, regulamentou-a mediante Decreto Municipal n.º 42.736/02. Esse conjunto legal estabeleceu parâmetros de operação, gestão e controle, além de promover uma estruturação no transporte coletivo de passageiros na capital, constituindo, juntamente com os dispositivos de planejamento vigentes, a base para a política municipal com desdobramentos para a mobilidade metropolitana. As questões de números **31 a 40** tratam desses dispositivos.

**31.** Para a operação do Serviço de Transporte Coletivo Público de Passageiros de São Paulo, o art. 5.º da Lei define concessão dos serviços como sendo a

- (A) delegação a título precário e exploração do serviço.
- (B) delegação da prestação e exploração do serviço.
- (C) exploração sem delegação do serviço.
- (D) exploração a título precário.
- (E) delegação de poderes na gestão do serviço.

**32.** O art. 3.º, inciso XVI, do Decreto, estabelece que o sistema integrado se caracteriza pelos atributos de

- (A) operacionalização, distribuição, controle, coletivização e pertinência.
- (B) abrangência, pontualidade, inovação, inventividade e proposição.
- (C) regionalização, estruturação, conectividade, personalização e coordenação.
- (D) complementação, interligação, integração, associação e divisão.
- (E) contingências, deliberação, continuidade, promoção e participação.

**33.** Como estrutura documental, o Decreto está dividido em quatro conteúdos de regulamentação:

- (A) Delegação e Organização da Prestação de Serviços; Tarifas e Remuneração; Intervenção; Transferência e Extinção de Delegação.
- (B) Repasses Contratuais; Incentivos para Investimentos; Controle de Taxas; Promoção de Planos.
- (C) Competências; Perfis Profissionais; Perfis de Usuários; Fomentos.
- (D) Gerenciamento Interno; Gerenciamento Externo; Gerenciamento de Pontos; Coordenação de Gerenciamentos.
- (E) Administração Direta; Interfaces; Organização de Procedimentos; Dependências.

**34.** No Capítulo III – Tarifa e Remuneração, do Decreto, o art. 17 trata da remuneração dos concessionários por número de passageiros transportados. O processo para determinação do valor da remuneração deverá ser estabelecido por

- (A) pesquisa de mercado.
- (B) audiências públicas.
- (C) licitações.
- (D) pesquisas entre usuários.
- (E) reuniões de coordenação.

**35.** Com base no art. 46 do Decreto, o novo modelo de gestão para operação do sistema de transporte conta com

- (A) o Programa de Desenvolvimento do Trânsito e Transporte.
- (B) a Agência de Mobilidade Urbana de São Paulo.
- (C) a Coordenadoria de Transporte da Capital.
- (D) o Núcleo de Controle Operacional de Ônibus Urbano.
- (E) o Sistema de Transporte Coletivo Público de Passageiros.

**36.** Sobre o contingente de motoristas e cobradores, o Decreto n.º 42.736/02, em seu art. 48, estabelece que os operadores deverão ter como prioridade a contratação de motoristas e cobradores

- (A) indicados pelo gestor público operacional.
- (B) hoje empregados no sistema.
- (C) apenas por concurso público.
- (D) indicados pelas entidades de classe.
- (E) listados nos planos de demissão.

**37.** No art. 17 da Lei Municipal n.º 13.241/01, que trata da extinção de concessões, o § 4.º define o que não são considerados bens reversíveis. No caso de eventuais quebras de contrato entre o poder público e as empresas concessionárias, não serão considerados bens reversíveis:

- (A) os veículos novos; os pontos de ônibus principais; equipamentos de escritório.
- (B) os ônibus danificados; equipamentos de propriedade da SPTrans; Terminais de ônibus.
- (C) veículos de apoio operacional; equipamentos de suporte; instalações e equipamentos de controle operacional.
- (D) os veículos e frota de ônibus; a garagem; instalações e equipamentos de garagem.
- (E) os veículos particulares; imóveis da empresa; imóveis de propriedade do consórcio.

- 38.** No art. 21 da Lei Municipal n.º 13.241/01, os prazos de duração dos contratos mencionados, em casos que não envolvam elevados investimentos em bens reversíveis, serão de:
- (A) Concessão: 10 (dez) anos sem prorrogações; Permissão: 5 (cinco) anos, incluindo-se eventuais prorrogações devidamente justificadas.
  - (B) Concessão: 20 (vinte) anos, incluindo-se prorrogações devidamente justificadas; Permissão 10 (dez) anos, sem prorrogações.
  - (C) Concessão: 15 (quinze) anos, incluindo-se prorrogações devidamente justificadas; Permissão: 7 (sete) anos, com possibilidade de prorrogação por até 3 (três) anos, devidamente justificada.
  - (D) Concessão: 30 (trinta) anos sem prorrogações; Permissão: 7 (sete) anos, com possibilidade de prorrogação por até 5 (cinco) anos, devidamente justificada.
  - (E) Concessão: 15 (quinze) anos, incluindo-se prorrogações de até 5 (cinco) anos, sem justificativas; Permissão: 1 (um) ano, com prorrogações sucessivas sem justificativas.
- 39.** Quanto aos dispositivos de controle entre o poder público e as concessionárias, considerando as identificações referentes às deficiências graves na prestação do serviço, o art. 23, da Lei Municipal n.º 13.241/01, inciso V, define como deficiência grave na prestação do serviço a redução superior a
- (A) 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços durante 01 (um) ano.
  - (B) 20% (vinte por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas.
  - (C) 10% (dez por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 01 (uma) semana.
  - (D) 10% (dez por cento) dos veículos de passageiros empregados nas principais linhas, por mais de 24 (vinte e quatro) horas.
  - (E) 15% (quinze por cento) dos veículos de transporte de passageiros empregados em quaisquer dos serviços, por mais de 48 (quarenta e oito) horas, excetuando-se domingos e feriados.
- 40.** Dos dispositivos referentes à gestão descentralizada do sistema de transporte, conforme art. 29, da Lei Municipal, compete à São Paulo Transporte S. A.:
- (A) comprometer recursos orçamentários; ampliar contratos complementares; apoiar ao Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo quanto à política de transportes do município.
  - (B) elaborar estudos de monitoramento de transporte metropolitano; cooperar para o bom andamento dos contratos de concessão; condicionar as ações de operacionalização do Sistema aos preceitos da Lei Orgânica.
  - (C) elaborar estudos para a realização do planejamento do Sistema; executar a fiscalização da prestação dos serviços; gerenciar o Sistema de acordo com as diretrizes e políticas estabelecidas pela Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Transportes.
  - (D) controlar a operação do Sistema; fiscalizar as concessões mediante condicionantes mínimas de operação; submeter o Sistema às políticas estabelecidas pela Prefeitura do Município de São Paulo.
  - (E) trabalhar pelo bom funcionamento da mobilidade urbana; executar ações pertinentes a qualidade de serviços públicos municipais; contribuir para o desenvolvimento urbano do Município de São Paulo, por meio de programas de controle de emissões de poluentes.
- 41.** O Plano Diretor Estratégico de São Paulo, Lei n.º 13.430/02, estabelece, em seu conjunto de princípios e objetivos, metas públicas para implementação de políticas e ações. A política de transporte municipal está apresentada na Seção II – Das Políticas de Desenvolvimento Urbano – Subseção III: Da Circulação Viária e Transporte. Constitui um conjunto de metas visando promover a qualidade urbana municipal e de âmbito metropolitano. Diante dessa estrutura de planejamento, é correto afirmar que a política de transporte municipal
- (A) tem foco específico na complementação da mobilidade urbana nas fronteiras do município.
  - (B) deve buscar formas e meios para a integração entre secretarias municipais quando for necessário.
  - (C) será tratada como um conjunto de ações operacionais com foco na logística municipal.
  - (D) tem rebatimentos em todas as políticas do plano, considerando a cidade como unidade de desenvolvimento territorial.
  - (E) será regulada pelas políticas ambientais e econômicas dos gestores metropolitanos.

42. O art. 78, do Plano Diretor Estratégico, estabelece as ações da política de urbanização e uso do solo. No item III, consta – reurbanizar e requalificar avenidas, vias expressas e corredores de ônibus, com prioridade para as avenidas Santo Amaro, Pirituba, Celso Garcia, Francisco Morato e Anhaia Melo-Sapopemba. Essas ações podem desencadear renovações urbanas quando houver
- (A) qualidade no sistema de circulação, valorizando as ocupações existentes e novos empreendimentos.
  - (B) aumento na velocidade do transporte, isolando os ônibus em faixas compartimentadas sem acesso direto ao entorno.
  - (C) possibilidade de esvaziamento dos corredores e terminais com o aumento da concentração de automóveis nas vias.
  - (D) qualidade dos ônibus da frota, com veículos que, esteticamente, agreguem valor à paisagem urbana.
  - (E) o controle dos fluxos viários e a diminuição de transportes, permitindo aos investidores imobiliários negócios potenciais.
43. Dentre os objetivos da política de Circulação Viária e de Transportes, do art. 82, constante da Subseção III – Da Circulação Viária e Transportes – Plano Diretor Estratégico, está o inciso XII, que trata do controle de poluentes produzidos pelo sistema de transportes. A medida efetiva adotada para a implementação dessa política é a redução da carga poluidora gerada, incluindo a
- (A) diminuição gradual do número de ônibus da frota em circulação.
  - (B) instalação parcial de filtros de emissão de gases de ônibus.
  - (C) implantação gradual de sistema de energia limpa nos ônibus.
  - (D) troca gradual de todos os ônibus da frota por movidos à energia elétrica.
  - (E) implantação de programas de educação ambiental.
44. A medida determinante do Plano Diretor Estratégico, mencionada no conjunto de ações estratégicas do art. 84, inciso II, que promove a integração efetiva do sistema propiciando aos usuários maior flexibilidade nas viagens, é (são)
- (A) a instalação de sistema de semáforos inteligentes.
  - (B) o controle de viagens por quilômetro.
  - (C) a ampliação do número de ônibus.
  - (D) a implantação do bilhete único.
  - (E) as novas conexões de linhas.
45. O Plano Diretor Estratégico trata, dentre outras atribuições, da necessidade da integração entre políticas e esferas governamentais. O art. 84, inciso XVII, refere-se à articulação entre sistemas de transporte municipal e estadual no planejamento das novas linhas do Metrô, bem como da revitalização das linhas ferroviárias para transporte de passageiros, ajudando a viabilizar os investimentos com a definição de Operações Urbanas Consorciadas ou Áreas de Intervenção Urbana no entorno dos projetos. Essa postura atribui à Prefeitura do Município de São Paulo uma nova condição no desenvolvimento do território, que é a de gestora
- (A) de negócios e promotora de lucros privados.
  - (B) do território e promotora de economias articuladas ao transporte.
  - (C) de políticas e promotora de viagens para trabalho.
  - (D) de conflitos e promotora de empreendimentos privados.
  - (E) intermunicipal e promotora de expansão urbana sobre o território não ocupado.
46. De acordo com o art. 172, Capítulo IV – Do Transporte Urbano, a Lei Orgânica do Município de São Paulo delega à Prefeitura Municipal de São Paulo as competências de
- (A) cooperar, controlar, subvencionar e apoiar o transporte público no âmbito municipal.
  - (B) articular, empregar, acompanhar e implementar o transporte público no âmbito municipal.
  - (C) planejar, organizar, implementar e executar o transporte público no âmbito municipal.
  - (D) ampliar, coordenar, submeter e adaptar o transporte público no âmbito municipal.
  - (E) adequar, participar, patrocinar e ampliar o transporte público no âmbito municipal.
47. O art. 173 da Lei Orgânica define os parâmetros referentes ao sistema de transporte urbano municipal. De acordo com este artigo, seis elementos estão classificados: o transporte público de passageiros; as vias de circulação e sua sinalização; a estrutura operacional; mecanismos de regulamentação; o transporte de cargas; e, ainda,
- (A) o sistema de circulação de pedestres.
  - (B) a estrutura de apoio em terminais.
  - (C) a base administrativa.
  - (D) o transporte coletivo complementar.
  - (E) a rede elétrica viária.

48. Dentre as atribuições da Lei Orgânica Municipal estão as determinações para a elaboração do Plano Diretor e parâmetros para políticas públicas a serem obrigatoriamente implantadas. Assim sendo, o art. 176, referindo-se ao transporte público, estabelece normativas para regular o transporte quando o serviço estiver em mãos de operadores particulares. São obrigações básicas do operador:
- (A) cumprir a legislação municipal, vincular ao serviço os meios materiais e humanos utilizados na sua prestação.
  - (B) cumprir parcialmente a legislação, receber apoio material e humano para a prestação de serviços.
  - (C) adaptar a legislação municipal, doar todo o material estrutural e funcional após a prestação dos serviços.
  - (D) cumprir a legislação federal na íntegra, cumprir a legislação municipal parcialmente.
  - (E) apoiar a política de transporte, adotar novas práticas para os serviços.
49. O art. 178 da Lei Orgânica versa sobre tarifas públicas para o transporte coletivo. A competência para fixação de tarifas do transporte público municipal, considerando o parágrafo único desse artigo, deverá ser
- (A) somente do Executivo.
  - (B) do Executivo com a anuência da Câmara Municipal.
  - (C) somente da Câmara Municipal.
  - (D) do Executivo com a anuência do Governo Estadual.
  - (E) do Ministério Público com anuência do Executivo.
50. Para a Região Metropolitana de São Paulo, um dos maiores desafios em curso é a implantação de uma política pública para mobilidade. Para enfrentar esse problema, o governo do Estado elaborou o Plano Integrado de Transportes Urbanos PITU. O plano busca integrar os diferentes modos de transporte numa rede de distribuição mais equilibrada e estabelece um prazo para sua efetivação. Parte do desafio é fazer valer a gestão entre as esferas de governo, uma vez que cada modalidade de transporte está sob o gerenciamento de órgãos distintos. Nesse cenário, as modalidades que estão sob a responsabilidade da Prefeitura de São Paulo, conforme delegação de competências da LOM nos artigos 172 e 179, são:
- (A) transporte coletivo de passageiros (ônibus), controle de cargas em vias urbanas e de automóveis.
  - (B) transporte ferroviário, controle de cargas ferroviárias, de cargas rodoviárias e de automóveis.
  - (C) transporte sobre trilhos (metrô e trem) e controle de cargas em geral.
  - (D) todos os modos de transporte que atravessem o território municipal.
  - (E) apenas os transportes relacionados ao PITU.
51. Ao sistema municipal de transporte coletivo foram incorporados novos mecanismos que visam agilizar e qualificar tempo e volume de deslocamentos. Um dos elementos estruturadores são os chamados “corredores de ônibus” implantados em situações viárias mais adequadas
- (A) ao fluxo metropolitano ao longo dos rios.
  - (B) ao fluxo local em bairros periféricos.
  - (C) somente na mobilidade interna nos mananciais.
  - (D) aos deslocamentos em avenidas e vias arteriais.
  - (E) somente nas articulações com o Metrô.
52. A estruturação do sistema de ônibus urbano de São Paulo obedece a uma distribuição regional que permite organizar e formalizar os consórcios para a prestação de serviços de transporte coletivo na capital, conforme Decreto n.º 42.736/02. São, ao todo, 8 (oito) regiões e estão representadas nos veículos por colorações (padrões de identidade visual), permitindo aos usuários identificar facilmente o itinerário que deverão utilizar. Há, no entanto, uma nona área. Esta, porém, não possui lotes específicos, não havendo, portanto, nenhuma empresa ou cooperativa que atue especificamente em seus limites. Por outro lado, é nessa região que todas as oito empresas dos demais lotes atuam como extensão dos serviços. Essa região é a
- (A) Leste: localizada nas proximidades de São Mateus.
  - (B) Sul: localizada no perímetro externo dos mananciais.
  - (C) Oeste: localizada entre o Rodoanel e os limites municipais.
  - (D) Sul: localizada no interior das áreas de preservação ambiental.
  - (E) Central: localizada no interior no Anel Central.
53. A SPTrans desenvolve ações e programas balizados pela legislação de transporte e meio ambiente, como o Decreto n.º 43.582/03 - Política de Transporte e Meio Ambiente. Dentre os programas, estão os de fiscalização de ruídos e emissões de fumaça; a aplicação de combustíveis experimentais como o diesel de cana-de-açúcar; licenciamento ambiental de suas obras; e planos de controle de poluição veicular. Há também uma experiência em curso que visa minimizar a emissão de poluentes com a
- (A) instalação de filtros nos veículos mais velhos.
  - (B) troca de motores a cada 6 (seis) anos.
  - (C) implantação de programas de educação ambiental para motoristas de ônibus.
  - (D) implantação do sistema de ônibus híbridos.
  - (E) adoção de padrões de aquisição de motores novos.

54. Para melhoria dos serviços de transporte, a SPTrans vem implantando um programa de qualidade que permite aos usuários maior mobilidade, acessos e circulação nos veículos, terminais e paradas, e em algumas calçadas junto aos pontos e demais equipamentos operacionais. Para os ônibus, essas ações estão contempladas no Decreto n.º 43.582/03, constituindo parâmetros de aferição veicular para o Grupo A1. Todo o programa visa atender as normativas para

- (A) acessibilidade plena.
- (B) adaptabilidade parcial.
- (C) controle dos acessos e circulação.
- (D) mobilidade controlada.
- (E) agilidade nos embarques.

55. A política de transporte tem no planejamento sua principal ferramenta para o acompanhamento do Sistema e formulação de propostas, dispondo de instrumentos para controle e implantação de resultados. Dentre os instrumentos técnicos adotados, a modelagem de demandas é considerada uma importante e eficaz medida para o dimensionamento das capacidades de viagens, observados para isso:

- (A) clima, economia nacional e estruturas geopolíticas.
- (B) perímetros estritamente municipais, demandas isoladas e baixas capacidades econômicas.
- (C) rede viária e de transporte, demandas de trabalho e faixas de renda predominantes.
- (D) condições de fluxo para médias distâncias, lugares de interesse turístico e raios de terminais intermodais.
- (E) gastos energéticos, planos urbanísticos complementares e políticas de acessibilidade.

56. A Secretaria Municipal de Transporte tem como responsabilidade, além de promover a política de transporte coletivo de passageiros por ônibus, outras atribuições inerentes à política urbana. É responsável, também, por regulamentar e gerenciar os serviços de transporte de passageiros individuais e coletivos como táxis, fretamento e escolares; transporte de carga; moto-frete; e, também,

- (A) regularizar e autorizar viagens por bicicletas.
- (B) manter e suprimir arborização urbana.
- (C) recuperar e adequar interferências urbanas.
- (D) estabelecer novos padrões de comportamento no trânsito.
- (E) disciplinar e gerir o uso da rede viária municipal.

57. De acordo com as informações da SPTrans, em seu *site* institucional, na Região Metropolitana de São Paulo cerca de 55% das viagens motorizadas são feitas por transporte coletivo. No âmbito da capital, considerando os serviços sob a gestão municipal, a operação do sistema é terceirizada e conta atualmente com 16 (dezesesseis) consórcios privados, formados por empresas e cooperativas, que respondem ao todo por 15 mil veículos distribuídos em

- (A) apenas uma linha.
- (B) menos de dez linhas por região.
- (C) dezesseis linhas.
- (D) entre mil e mil e quinhentas linhas.
- (E) mais de cinco mil linhas.

A relação entre estrutura urbana e sistema de transporte coletivo por ônibus está ordenada pelas capacidades e configurações viárias. Essas estruturas correspondem às características das vias, aos modelos de veículos e às correlações entre as linhas e a rede integrada. Esse sistema é chamado de sistema integrado e se divide em duas estruturas claramente definidas, denominadas de subsistemas, constantes da Lei n.º 13.241/01 e do Decreto n.º 42.736/02. As questões de números 58 e 59 tratam desse assunto.

58. O subsistema estrutural é como uma “espinha dorsal” para a integração da rede de transporte coletivo por ônibus. Para o funcionamento desse subsistema valem as condicionantes:

- (A) veículos de médio e grande porte, atendimento de altas demandas, integração das diversas regiões às áreas centrais da cidade.
- (B) veículos médios, atendimento de médias demandas, integração parcial com as regiões lindeiras.
- (C) veículos de pequeno porte em maior número, atendimento das demandas distribuídas, integração plena.
- (D) veículos de grande porte, atendimento de altas demandas, integração parcial e isolada.
- (E) veículos de grande porte em menor número, atendimento de médias demandas, integração com o centro.

- 59.** Para que o subsistema estrutural opere com a eficiência desejada, um outro subsistema deve alimentá-lo promovendo deslocamentos internos nos subcentros com linhas de ônibus comuns e veículos de menor porte. Esse subsistema é denominado de
- (A) interno.
  - (B) perimetral.
  - (C) anelar.
  - (D) local.
  - (E) setorial.
- 60.** A cidade de São Paulo tem cerca de 11 milhões de habitantes. Suas fronteiras são malhas urbanas intermunicipais conformando a metrópole, cujos problemas impõem a necessidade de compreender formas de gestão e enfrentamento na escala regional. Mobilidade, deslocamentos, meio ambiente, habitação, abastecimento, saneamento e trabalho são alguns dos desafios a serem considerados na composição de políticas entre os municípios integrantes da região metropolitana. Para subsidiar a gestão integrada, a EMPLASA constituiu o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de São Paulo (CDRMSP). Tais práticas podem ser definidas como
- (A) gestão desenvolvimentista territorial.
  - (B) políticas compostas intermunicipais.
  - (C) gestão compartilhada.
  - (D) interconexão participativa.
  - (E) progresso metropolitano unificado.



